



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Projeto arquitetônico das instalações, assim como o estudo para encontrar área ideal do novo prédio, serão apresentados em trinta dias

■ Na audiência realizada segunda-feira, 9, pela manhã, no Ministério Público de Sergipe, todos os participantes foram pegos de surpresa com a informação da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - Cohidro -, de que a área onde hoje funciona a Central de Abastecimento do Estado de Sergipe - Ceasa - será posta à venda.

De acordo com a Cohidro, com o recurso arrecadado com a venda será construída uma estrutura para abrigar a central. Essa decisão do órgão vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural - Seagri - preocupa os comerciantes, que alegam não ter para onde ir. Muitos deles, inclusive, acabaram de obedecer à recomendação da Vigilância Sanitária do município e realizaram melhorias nos boxes.

O promotor de Justiça Daniel Carneiro, da Promotoria de Defesa do Consumidor e Relevância Pública, disse que, na audiência, a expectativa era que fosse firmado um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - para definir a realização de uma licitação para a outorga do espaço, que vinha sendo administrado pela Associação dos Usuários da Ceasa - Assuceaju - desde 1992.

Segundo ele, na licitação, *seriam impostas* as obrigações das adaptações estruturais

e de gestão da área para que houvesse a regularização do ponto de vista higiênico-sanitário do comércio realizado ali. "Mas, para nossa surpresa, a direção da Cohidro informou que há 21 anos o prédio está cedido à associação, e durante todo o tempo em que a entidade administrou, embora arrecadasse uma importância mensal dos associados, não fez as alterações que demandariam ser feitas", revela.

Daniel ressalta que os diretores da Codise também argumentaram que o comércio realizado na central já não é mais atacadista, mas varejista, assemelhando-se muito a uma feira livre. Falaram, ainda, da inviabilização do comércio na área atual pelo intenso tráfego de veículos pesados com mercadorias para a Ceasa. "Eles disseram que vão retomar o bem, porque não têm mais interesse de que funcione ali como Ceasa e vão vender o prédio", relata.

O promotor disse que, diante desse fato novo, o TAC perdeu o sentido, e foi concedido um prazo de trinta dias para que a direção da Cohidro formalize a informação dada na audiência, informando em quanto tempo será feita a retirada. "Até porque, durante esse tempo, o comércio continuará e a fiscalização às normas higiênico-sanitárias também permanecerá sendo feita", revela.

IMPACTO SOCIAL

De acordo com Daniel, o feirante estava descoberto do ponto de vista legal porque não tinha qualquer permissão de uso decorrente de uma licitação para estar naquele local. "A gente é sensível com o impacto social, contudo tem que cumprir a lei. O que determina a Constituição é que, para a cessão dos espaços públicos para uso por particulares, é necessário licitação e,

portanto, eu estava cobrando a licitação do Estado", enfatiza.

Ele salienta também que, para qualquer Ceasa que seja construída no futuro, não será possível fazer a migração dos feirantes que estão na atual porque será preciso fazer a licitação. "E ninguém pode garantir que as pessoas que hoje estão lá serão aquelas que ganharão a licitação para explorar a nova central", explica.

O promotor afirma que vai solicitar o apoio das Secretarias de Ação Social do Município de Aracaju e do Estado para que acompanhem essa transição. "Vamos torcer para que tão logo a Ceasa seja construída, as pessoas possam voltar a comercializar através de licitação. Obviamente, se alguém nesse processo se encaminhar para uma situação de vulnerabilidade social, as Secretarias de Ação Social estão aí para dar apoio a quem é vulnerável socialmente, através de benefícios assistenciais", diz. ■